



INFORMATIVO 1ª CCR Nº 09, de 28 de abril de 2022

Índice

INFORMES DA 1ª CCR.....	3
1ª Câmara em Foco: evento abordará os temas saúde e previdência social.....	3
SESSÃO DE REVISÃO DA 1ª CCR – JULGAMENTOS EM DESTAQUE.....	4
FLUXO DE PROCEDIMENTOS DA 1ª CCR.....	4
PRÓXIMA SESSÃO DA 1ª CCR.....	4
INFORMES DO MPF E DE ÓRGÃOS EXTERNOS.....	5
SAÚDE.....	5
MPF recomenda medidas para impedir uso indevido de recursos da saúde em Santarém (PA).....	5
Lançado projeto TRAUMA, banco que reúne dados sobre lesões por violências e acidentes...5	
Ministério da Saúde divulgou relatório que apresenta o cenário das doenças crônicas no Brasil	6
Ministério da Saúde noticiou ter investido R\$ 1,1 bilhão para o tratamento da Hemofilia no Brasil.....	6
Brasil e Reino Unido assinaram acordo de cooperação científica e tecnológica no campo dos produtos de terapias avançadas.....	6
Ministério da Saúde apresentou dados sobre a transmissão de Chagas no Brasil e ações para combate da doença.....	7
Nota conjunta do Conass e Conasems recomendou a suspensão de edital destinado ao financiamento de hospitais psiquiátricos.....	7
Conass e Conasems publicaram nota conjunta sobre a instituição da Rede Materna e Infantil em substituição à Rede Cegonha.....	8
Anvisa propôs a rediscussão do sistema de rastreabilidade de medicamentos.....	8
Anvisa lançou boletim sobre monitoramento de eventos adversos.....	9
Hemobrás noticiou a retomada da gestão do plasma nacional e o recebimento das primeiras remessas de plasma humano.....	9
Atos normativos.....	9
Outras notícias de destaque – Saúde.....	10
EDUCAÇÃO.....	11
TCU nega recurso e Estado de PE não pode usar verba do Fundeb para pagamento de inativos	11
MPF fiscaliza aplicação de recursos federais em escolas estaduais de Monteiro (PB).....	11
MPF ajuíza ação para que MEC suspenda novas autorizações de graduação por EaD na área da saúde.....	12
Casa Civil anunciou a instalação de 12 mil pontos de Wi-Fi em escolas da rede pública.....	13
FNDE disponibilizou orientações sobre a execução do PDDE em 2022.....	13
MEC e MMFDH criaram canal de comunicação para auxiliar no combate ao abandono e evasão escolar.....	13
Plenário da Câmara dos Deputados aprovou texto-base de MP que prevê internet gratuita para alunos carentes da rede pública.....	14



Sancionada norma que dispõe sobre o repasse de precatórios do Fundeb para pagamento de professores.....	14
Atos normativos.....	15
Outras notícias de destaque – Educação.....	16
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	16
Medida Provisória alterou fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais.....	16
Atos normativos.....	17
Outras notícias de destaque – Previdência e Assistência Social.....	17
PATRIMÔNIO PÚBLICO.....	17
Intermediação do MPF leva a avanços na regularização fundiária de vilas rurais em PE.....	17
MPF pede à Justiça que União seja obrigada a garantir balanços de pesagem em rodovias federais de todo o Pará.....	18
ANTT e Confederação Nacional de Transportadores Autônomos firmam Acordo de Cooperação Técnica para aperfeiçoamento dos serviços de transporte rodoviário de cargas. .	19
ANTT promove operação para fiscalizar o transporte irregular de passageiros e de cargas....	19
Seis glebas de terra da União foram repassadas ao estado do Amapá.....	19
Parceria entre o Incra e Instituto Federal viabilizará a regularização fundiária de nove glebas em Rondônia.....	20
Infraestrutura e regularização fundiária.....	20
Outras notícias de destaque – Patrimônio Público.....	21



Aos membros do Ministério Público Federal

Considerando as informações mais recentes relativas à temática Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral, a 1ª CCR tem a informar o que se segue:

INFORMES DA 1ª CCR

1ª Câmara em Foco: evento abordará os temas saúde e previdência social

A Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do Ministério Público Federal (1CCR/MPF) promoverá, no período de 31 de maio até 3 de junho, dois eventos presenciais em Florianópolis, um dedicado à saúde e outro à previdência. A iniciativa inaugura a série “1ª Câmara em Foco” e contará com discussões relacionadas aos temas.

Em formato dinâmico, o evento foi estruturado em painéis com a participação de dois expositores, com 15 minutos de apresentação cada. Após, um bloco dedicado à discussão com os participantes terá duração de 45 minutos. Entre os palestrantes convidados estão membros do MPF, autoridades de órgãos de controle e acadêmicos estudiosos do tema.

O dia 31 de maio será dedicado ao evento de Saúde, envolvendo assuntos relativos a gastos públicos, saúde universal, controle da saúde pós-covid 19 e atuação na área privada. Já o evento de Previdência e Assistência Social ocorrerá em 1º de junho à tarde e continuará no dia seguinte pela manhã. A edição contemplará, ainda, uma agenda em comum de ambos os temas na manhã do dia 1º, na qual será debatido o processo estrutural como instrumento de efetivação dos direitos de Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência), o financiamento da Seguridade Social e a garantia de efetivação equilibrada dos subsistemas que a compõem.

Por fim, na tarde do dia 2 de junho, iniciará o curso sobre a Reforma da Previdência, com 8h de duração, que encerrará no dia 3 de junho pela manhã. O curso tem o objetivo de capacitar os membros que atuam na temática e focará em analisar as normas introduzidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, tanto as referentes ao Regime Próprio dos Servidores Públicos e ao Regime Geral, quanto as relativas à Previdência Complementar.

1ª Câmara em Foco – A série visa promover discussões e intercâmbio de informações que possibilitem otimizar as atividades dos membros do MPF, sendo, portanto, um convite para reflexões inovadoras que



possam contribuir com a atuação do Ministério Público Federal.

SESSÃO DE REVISÃO DA 1ª CCR – JULGAMENTOS EM DESTAQUE

6ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022

18 de abril de 2022

Inquérito Civil 1.34.001.006975/2021-31

O Colegiado da 1ª CCR ao apreciar Inquérito Civil instaurado para apurar possíveis violações à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e à intimidade dos advogados submetidos ao 1º Censo da advocacia paulista, deliberou pela homologação do arquivamento, tendo em vista que, após instrução do feito pelo membro oficiante, restou esclarecido que os dados captados no censo são anonimizados, retirando-se o vínculo com o cadastro do advogado, fazendo com que não seja possível a identificação. Além disso, o fornecimento dos dados foi realizado por meio de opção de livre escolha, ou seja, o advogado podia escolher não responder ao censo. Confira a íntegra da [decisão](#).

FLUXO DE PROCEDIMENTOS DA 1ª CCR

Situação	Quantidade
Saldo anterior (4 abr 2022 – após a 5ª Sessão de Revisão de 2022)	72
Entradas (Procedimentos distribuídos entre 4 abr 2022 e 18 abr 2022)	182
Saídas (Procedimentos julgados e decisões monocráticas entre 4 abr 2022 e 18 abr 2022)	174
Remanescentes (4 abr 2022 – após a 5ª Sessão de Revisão de 2022)	80

PRÓXIMA SESSÃO DA 1ª CCR

Mês	Dia
Maio	2



INFORMES DO MPF E DE ÓRGÃOS EXTERNOS

SAÚDE

MPF recomenda medidas para impedir uso indevido de recursos da saúde em Santarém (PA)

O Ministério Público Federal (MPF) enviou recomendação à Secretaria de Saúde de Santarém (PA) e à Organização Social (OS) Mais Saúde para que sejam tomadas medidas que impeçam a destinação de recursos federais da saúde para o custeio de atividades que não sejam diretamente relacionadas a ações e serviços de saúde.

A OS Mais Saúde recebe R\$ 5,1 milhões por mês para fazer a gestão dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) no município. A legislação obriga que toda a verba seja aplicada em ações e serviços de saúde, mas dados em inquérito do MPF indicam a existência de gastos que não se enquadram nas normas previstas. Confira a íntegra da [recomendação](#).

Texto com adaptações: Secretaria de Comunicação do MPF no Pará

Lançado projeto TRAUMA, banco que reúne dados sobre lesões por violências e acidentes

O Ministério da Saúde, em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein, lançou em 4 de abril, um projeto voltado à integração e compartilhamento de informações sobre lesões por violências e acidentes. A medida será implementada por meio de uma base de dados unificada e atualizada em tempo real com o objetivo de apoiar o atendimento, a gestão, subsidiar melhorias no atendimento e embasar políticas públicas.

Tecnologia de Rápido Acesso Unificado para Mitigação da Acidentalidade (TRAUMA) é o nome do projeto que surgiu no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS). A criação do banco terá como protocolo padrão o envio e a consulta das informações sobre o atendimento a traumas, o que possibilitará a criação de painéis de gestão com informações mais qualificadas.

PROADI-SUS - O PROADI-SUS é uma aliança entre seis hospitais de referência no Brasil e o Ministério da Saúde. Criado em 2009, seu propósito é apoiar e aprimorar o SUS por meio de projetos de capacitação de recursos humanos, pesquisa, avaliação e incorporação de tecnologias, gestão e assistência especializada



demandados pelo MS.

Ministério da Saúde divulgou relatório que apresenta o cenário das doenças crônicas no Brasil

O Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), publicou os resultados da Pesquisa Vigitel 2021, no último 7 de abril. Ao todo, 27.093 pessoas com 18 anos ou mais de idade, residentes em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal, foram entrevistadas entre os meses de setembro de 2021 e fevereiro de 2022.

As perguntas do questionário do Vigitel 2021 incluíram características sociodemográficas dos indivíduos e também características do padrão de alimentação e de atividade física associadas à ocorrência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Foram levantadas, ainda, informações sobre a frequência do consumo de cigarros e de bebidas alcoólicas, autoavaliação do estado de saúde do entrevistado, referência a diagnóstico médico anterior de hipertensão arterial, diabetes e depressão, realização de exames para detecção precoce de câncer em mulheres, posse de plano de saúde ou convênio médico e questões relacionadas a situações no trânsito.

Além da publicação do relatório, é possível acessar e visualizar os indicadores coletados nos 16 anos de operação do Vigitel, por meio da [Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde \(IVIS\)](#). Confira a íntegra do [Relatório Vigitel Brasil 2021](#).

Ministério da Saúde noticiou ter investido R\$ 1,1 bilhão para o tratamento da Hemofilia no Brasil

O Ministério da Saúde afirmou ter investido, em 2021, R\$ 1,1 bilhão destinado ao tratamento da Hemofilia no Brasil. Segundo o órgão, por meio desse montante, foram disponibilizados 1 bilhão de unidades de Fator VIII de origem plasmática e recombinante, previsto no tratamento da hemofilia A; e 150 milhões de unidades de Fator IX para o tratamento da Hemofilia B.

Tratamento da Hemofilia no SUS – O Sistema Único de Saúde (SUS) conta, atualmente, com uma rede de 32 hemocentros em todas as regiões do País, além de dispor do sistema Hemovida Web Coagulopatias, base nacional para o cadastro de pacientes, inserção de dados clínicos, informações sobre o tratamento, registro de aplicações e controle de estoque de medicamentos.

Brasil e Reino Unido assinaram acordo de cooperação científica e tecnológica no campo dos produtos de terapias avançadas

Foi assinado, em 14 de abril, acordo de cooperação entre o Ministério da Saúde e o Reino Unido com



vistas a viabilizar uma colaboração bilateral no campo dos produtos de terapias avançadas. De acordo com o órgão, os produtos de terapias avançadas configuram uma categoria de novos medicamentos que compreendem produtos de terapias celulares, gênicas e de engenharia tecidual.

A proposta da colaboração é promover a interação entre as comunidades científicas e industriais de ambas as nações e a criação de programas de capacitação científica e industrial.

Ministério da Saúde apresentou dados sobre a transmissão de Chagas no Brasil e ações para combate da doença

Com o intuito de combater a transmissão de Chagas no Brasil, o Ministério da Saúde lançou, em 13 de abril, campanha contra a doença.

Dados do órgão apresentam significativa tendência de queda das taxas de mortalidade no período de 2000 a 2019. No entanto, a doença de Chagas continua sendo uma importante causa de morte no Brasil, com uma média de 4 mil óbitos a cada ano, na última década. Em 2020, a doença de Chagas crônica foi incluída, pelo MS, na lista nacional de doenças e agravos de notificação compulsória, lista que já incluía a fase aguda da enfermidade.

Ações de vigilância – De acordo com a Pasta, entre as ações para reforçar a vigilância da doença de Chagas estão a sistematização dos dados, a partir da notificação no e-SUS Notifica, prevista para iniciar no primeiro semestre de 2022. Outra ação é o aporte financeiro de R\$ 6 milhões para o Projeto IntegraChagas, que tem a Fiocruz como instituição executora, e a continuidade do projeto CUIDA Chagas, “Comunidades Unidas para a Inovação, Desenvolvimento e Atenção à Doença de Chagas”, parceria do MS/Fiocruz com a Unitaids, e os países Bolívia, Colômbia e Paraguai.

Texto com adaptações: Ministério da Saúde

Nota conjunta do Conass e Conasems recomendou a suspensão de edital destinado ao financiamento de hospitais psiquiátricos

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) expediram, em 11 de abril, a Nota Técnica Conjunta nº 01/2022. O documento recomenda a suspensão do Edital de Chamamento Público nº 3/2022 do Ministério da Cidadania, publicado para selecionar até 33 propostas de Hospitais Psiquiátricos na modalidade de internação, hospital-dia, ambulatório ou pronto atendimento.



Segundo o documento, o referido edital representa interferência nas instâncias de governança e pactuação do SUS, previstas em lei, com eventual financiamento de hospitais psiquiátricos sem a devida interlocução com a rede de atenção à saúde na qual estão inseridos e sem adentrar nas discussões que referem adequação orçamentária e financeira para despesas de custeio e investimento. Confira a íntegra da [Nota Técnica Conjunta nº 01/2022](#).

Conass e Conasems publicaram nota conjunta sobre a instituição da Rede Materna e Infantil em substituição à Rede Cegonha

No início de abril, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) publicaram nota conjunta sobre a Rede de Atenção Materna e Infantil (Rami) instituída em substituição à Rede Cegonha. De acordo com as entidades, a criação da Rami foi anunciada, unilateralmente, sem pactuação prévia na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Confira a íntegra da [Nota Conjunta Conass/Conasems](#).

Texto com adaptações: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

Anvisa propôs a rediscussão do sistema de rastreabilidade de medicamentos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) propôs rediscutir e demonstrar aos Poderes Executivo e Legislativo o impacto da aprovação do Projeto de Lei nº 3.846/2021. A proposição cria a bula digital de medicamentos e revoga dispositivos da Lei 11.903/2009, que instituiu o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos (SNCM).

Segundo a autarquia, o SNCM foi concebido para acompanhar os medicamentos em toda a cadeia produtiva, desde a fabricação até o consumo pela população, com vistas a combater a comercialização ilegal de fármacos falsificados ou abaixo do especificado: “Portanto, a implantação do SNCM é uma importante estratégia para diminuir os riscos para os pacientes, além de reduzir perdas econômicas e socioeconômicas para os brasileiros, ao combater o mercado ilegal de medicamentos. Nesse sentido, a Agência considera que o texto aprovado dificultará os controles que favorecem a segurança dos pacientes”, assinalou o órgão.

Anvisa lançou boletim sobre monitoramento de eventos adversos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) lançou, em abril, o 1º Boletim Informativo sobre Monitoramento Pós-Mercado de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária. De acordo com o órgão,



a publicação traz informações sobre notificações de eventos adversos, queixas técnicas e desvios de qualidade de produtos, além de relatos de intoxicações, com base nos dados do Sistema de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária (Vigipós). Confira a íntegra do [1º Boletim Informativo sobre Monitoramento Pós-Mercado](#).

Texto com adaptações: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Hemobrás noticiou a retomada da gestão do plasma nacional e o recebimento das primeiras remessas de plasma humano

A Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) começou a receber, desde o último dia 11 de abril, em sua unidade fabril em Goiana-PE, as primeiras remessas de bolsas de plasma oriundas dos hemocentros do Brasil, após a retomada da gestão do plasma nacional pela entidade.

A Hemobrás afirmou que vem realizando auditorias nos hemocentros do país para qualificação do plasma humano excedente das doações de sangue, com o objetivo de obter plasma apto ao fracionamento industrial, atendendo aos requisitos exigidos pela legislação vigente.

Texto com adaptações: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia

Atos normativos

- [Portaria GM/MS nº 715, de 4 de abril de 2022](#) – Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Rede de Atenção Materna e Infantil (Rami).
- [Lei nº 14.328, de 20 de abril de 2022](#) – Institui o mês de julho como Mês Nacional do Combate ao Câncer de Cabeça e Pescoço.
- [Portaria GM/MS nº 908, de 20 de abril de 2022](#) - Dispõe sobre as diretrizes para a organização dos serviços e do cuidado à pessoa tabagista no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da alteração do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017.
- [Portaria GM/MS nº 910, de 20 de abril de 2022](#) – Atualiza, para o ano de 2022, os valores dos repasses de recursos financeiros federais referente ao Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PFVisa),



do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde para os Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à execução das ações de vigilância sanitária, em função do ajuste populacional de que trata o Art. 463, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 6 de setembro de 2017.

- [Portaria SCTIE/MS nº 39, de 20 de abril de 2022](#) - Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a alfacerliponase para tratamento da Lipofuscinose Ceroide Neuronal tipo 2 (CLN2), conforme Protocolo Clínico do Ministério da Saúde.

Fonte: Imprensa Nacional

Outras notícias de destaque – Saúde

- [Ministério da Saúde apresentou informações sobre as ações do Programa Saúde na Escola](#)
- [Perguntas e respostas sobre a Campanha de Vacinação contra a Influenza e o Sarampo](#)
- [Segundo dados do Ministério da Saúde, foram realizados no SUS quase 60 milhões de atendimentos psicossociais, entre 2019 e 2021](#)
- [Hospitais universitários federais da Rede Ebserh/MEC receberam, em abril, R\\$ 112 milhões em recursos aquisição de insumos, equipamentos e viabilização de obras](#)
- [Ebserh anunciou apoio à implantação e consolidação de centros de pesquisa clínica nos hospitais universitários federais](#)
- [Hemobrás publicou terceira edição do “Relato Integrado”, documento que elenca as atividades e resultados alcançados pela instituição](#)
- [Projeto de Lei propõe aumentar a taxação sobre minérios e destinar as receitas extras para os serviços de saúde dos municípios, estados e União](#)
- [Proposição legislativa tenciona extinguir contribuições dos hospitais ao Sistema S](#)



EDUCAÇÃO

TCU nega recurso e Estado de PE não pode usar verba do Fundeb para pagamento de inativos

Após atender representação conjunta do Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público de Contas em Pernambuco (MPCO), o Tribunal de Contas da União (TCU) negou o provimento de recurso interposto pelo Estado de Pernambuco contra acórdão da corte de contas que havia determinado, em novembro passado, a não utilização de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para o pagamento de aposentados e pensionistas estaduais.

Segundo o Acórdão 690/2022, proferido na sessão do plenário do TCU realizada em 30 de março, o Estado de PE argumentou no recurso, entre outros pontos, que a representação do MPF e MPCO iria de encontro à sistemática existente há quase duas décadas, bem como que o TCU não possuiria competência para atuar no caso. No entanto, em seu voto, o relator do processo 036.086/2021-5, ministro Walton Alencar Rodrigues, destacou que o Estado recebeu valores da complementação da União ao Fundeb e, por isso, a competência para fiscalização dessas verbas é do TCU e do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Confira a íntegra da [representação conjunta](#) do MPF e TCO, bem como dos acórdãos do TCU nº [690/2022](#) e [2663/2021](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do MPF em Pernambuco

MPF fiscaliza aplicação de recursos federais em escolas estaduais de Monteiro (PB)

Uma equipe do Ministério Público Federal (MPF) realizou, em 5 de abril, no município de Monteiro (região do Cariri paraibano) fiscalização com o objetivo principal de verificar a correta aplicação de recursos federais, diante da manutenção do sistema híbrido de ensino, nas quatro escolas estaduais do município, sendo três na zona urbana e uma na zona rural.

De acordo com a Procuradora da República Janaína Andrade, foi constatado reduzido número de hora-aula ofertado. A Procuradora ressaltou, ainda, a necessidade de verificar com profundidade a destinação dos recursos públicos da União repassados por meio do Pnae e Pnate: “é preciso verificar com profundidade a destinação dos recursos públicos da União repassados ao estado, como por exemplo os recursos do Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar) em uma escola. Antes da pandemia havia três refeições diárias nas escolas que ofereciam aula em tempo integral, e hoje só existe uma. Em outra escola, foi constatado que sequer é oferecida uma única refeição. Assim, é preciso que seja apurado como está sendo feita a destinação desses recursos. De igual modo, recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte



do Escolar (Pnate), uma vez que, via de regra, apenas por duas vezes na semana está havendo transporte de alunos da zona rural para escolas da zona urbana”.

Acompanhamento – No último dia 25 de março, seguindo as diligências de acompanhamento para o retorno das aulas presenciais nas escolas públicas estaduais, a Procuradora Janaina Andrade oficiou ao Secretário de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, Claudio Furtado, para que informe, em 10 dias qual o regime de aulas adotado nas escolas estaduais nos 27 municípios sob atribuição da Procuradoria da República em Monteiro. Solicitou ainda que caso o regime de aulas não seja integralmente presencial, informe os motivos, bem como indique quando serão retomadas as aulas de maneira integralmente presencial, nos moldes anteriores à pandemia da covid-19.

Além disso, o MPF pediu que o Secretário informe como estão sendo aplicadas as verbas federais oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) destinadas às escolas estaduais, especificando os dados relativos aos anos de 2020, 2021 e 2022.

Confira as íntegras: [ata de reunião nº 1](#), [ata de reunião nº 2](#), [ata de reunião nº 3](#), [ofício](#), [reiteração de ofício](#), [resposta a ofício](#) e [relatório de diligência externa](#).

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do MPF na Paraíba

MPF ajuíza ação para que MEC suspenda novas autorizações de graduação por EaD na área da saúde

O Ministério Público Federal (MPF) em Goiás ajuizou, em 6 de abril, Ação Civil Pública (ACP) com pedido de tutela de urgência para que o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) suspendam novas autorizações (e fiscalizem as já existentes) de cursos de graduação, na área da saúde ofertados na modalidade de Ensino a Distância (EaD), até o final da tramitação do Projeto de Lei nº 5.414/2016 ou até a devida regulamentação do art. 80 da Lei nº 9.394/96. A ACP tem como objetivo assegurar a qualidade de ensino dos cursos da área da saúde, bem como o cumprimento integral das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Confira a íntegra da [ACP](#). (Processo nº 1015660-56.2022.4.01.3500 – 9ª Vara da Justiça Federal em Goiás)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do MPF em Goiás



Casa Civil anunciou a instalação de 12 mil pontos de Wi-Fi em escolas da rede pública

A Casa Civil da Presidência da República anunciou, em 12 de abril, a instalação de 12 mil pontos de Wi-Fi em escolas da rede pública do País.

De acordo com o Ministro das Comunicações, Fábio Faria, cerca de 14,5 mil escolas ainda não possuem acesso à internet. Entretanto, a previsão é que, nos próximos quatro meses, mais 12 mil escolas disponham do serviço, por meio de contrato entre a Telebrás e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Texto com adaptações: Casa Civil da Presidência da República

FNDE disponibilizou orientações sobre a execução do PDDE em 2022

Com o objetivo de disseminar as principais informações e regras sobre a gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e de suas ações integradas, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) informou ter disponibilizado, em seu canal do youtube, a íntegra do webinar “[Orientações sobre a Execução dos Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola em 2022](#)”: “O encontro on-line apresentou um panorama sobre as últimas resoluções publicadas referentes ao programa, elencou cuidados relacionados à prestação de contas e orientou sobre a liberação do uso do PIX para algumas contas do PDDE e o gerenciamento financeiro, além de repassar notícias sobre a Parcela Desempenho – voltada a 14.656 escolas com melhor desempenho nos últimos anos e um total de transferências de R\$ 94,7 milhões para o desenvolvimento escolar.” explicou o FNDE.

[Transferência de recursos](#) – Segundo o FNDE, foram transferidos, no mês de março, cerca de R\$ 345,3 milhões a 96,6 mil escolas públicas do país. Os valores se referem à primeira parcela do Programa Dinheiro Direto na Escola atinente ao ano de 2022.

Texto com adaptações: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

MEC e MMFDH criaram canal de comunicação para auxiliar no combate ao abandono e evasão escolar

Entrou em funcionamento, em 28 de março, o Disque 100 – Brasil na Escola, para o recebimento de ligações que informem sobre crianças e adolescentes não matriculados na rede de ensino ou que estejam sem frequentar a escola. O canal de comunicação, resultante de parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), visa combater o



abandono e a evasão escolar no País.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a pandemia, o número de crianças e adolescentes fora da escola aumentou em 171%. Dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) também mostram a redução de matrículas escolares, entre 2019 e 2020: “o número de matrículas de crianças entre 6 e 10 anos diminuiu entre os anos de 2019 e 2020. Em 2019, foram realizadas 13.995.683 matrículas nessa faixa etária e, em 2020, o número caiu para 13.907.329. O mesmo ocorreu nas matrículas de 11 a 14 anos, com uma queda de 11.597.937 para 11.495.650 no mesmo período”, noticiou o MEC.

Texto com adaptações: Ministério da Educação

Plenário da Câmara dos Deputados aprovou texto-base de MP que prevê internet gratuita para alunos carentes da rede pública

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em 18 de abril, o texto-base da Medida Provisória 1077/21, que cria o Programa Internet Brasil. A iniciativa visa promover o acesso gratuito à internet em banda larga móvel aos alunos da educação básica da rede pública de ensino, pertencentes a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Segundo o substitutivo da proposição, o programa alcançará os alunos do CadÚnico matriculados também nas escolas das comunidades indígenas e quilombolas, bem como nas escolas especiais sem fins lucrativos que atuam exclusivamente nessa modalidade.

Sancionada norma que dispõe sobre o repasse de precatórios do Fundeb para pagamento de professores

Foi publicada, em 13 de abril, a [Lei nº 14.325/2022](#) que regulamenta o uso dos recursos não aproveitados do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e de seu antecessor, o extinto Fundef, para o pagamento do magistério na educação básica da rede pública de ensino.

Segundo informações veiculadas pela Câmara dos Deputados, terão direito a receber os benefícios os profissionais do magistério da educação básica que estavam no cargo, com vínculo estatutário, celetista ou temporário, durante o período em que ocorreram os repasses a menos do Fundef (1997-2006), Fundeb (2007-2020) e Fundeb permanente (a partir de 2021); e os aposentados que comprovarem efetivo exercício nas redes públicas escolares nesses períodos, ainda que não tenham mais vínculo direto com a



administração pública, e os herdeiros, em caso de falecimento dos profissionais.

A norma estabelece que os estados, o Distrito Federal e os municípios definirão em leis específicas os percentuais e os critérios para a divisão do rateio entre os profissionais beneficiados.

Texto com adaptações: Agência Câmara de Notícias

Atos normativos

- [Resolução nº 1, de 1º de abril de 2022](#) – Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas públicas estaduais, municipais e do Distrito Federal, selecionadas no âmbito do Eixo Inovação do Programa Brasil na Escola, instituído pela Portaria MEC nº 177, de 30 de março de 2021.
- [Portaria nº 69, de 29 de março de 2022](#) – Altera a Portaria CAPES nº 122, de 05 de agosto de 2021, que consolida os parâmetros e os procedimentos gerais da Avaliação Quadrienal de Permanência da pós-graduação stricto sensu no Brasil, e dá outras providências.
- [Resolução nº 2, de 7 de abril de 2022](#) – Prorroga os prazos para o envio das prestações de contas de programas educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- [Lei nº 14.325, de 12 de abril de 2022](#) - Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para dispor sobre a utilização dos recursos extraordinários recebidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em decorrência de decisões judiciais relativas ao cálculo do valor anual por aluno para a distribuição dos recursos oriundos dos fundos e da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), previstos na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) 2007-2020 e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) permanente.

Fonte: Imprensa Nacional

Outras notícias de destaque – Educação

- [FNDE afirmou ter investido, no primeiro trimestre de 2022, R\\$ 500 milhões em livros e materiais](#)



didáticos por meio de recursos do PNLD

- Terceira parcela do PNAE, estimada em R\$ 360,1 milhões, foi repassada aos entes federativos
- MEC e Microsoft assinaram Acordo de Cooperação Técnica para disponibilização gratuita de software para rede pública no País
- Projeto de Lei propõe autorizar estados e Distrito Federal a definir regras para educação domiciliar
- Matéria em análise na Câmara dos Deputados, pretende determinar a distribuição de vales educacionais aos estudantes da educação básica para possibilitar o acesso à escola privada quando não houver vaga na rede pública

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Medida Provisória alterou fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais

No último dia 20 de abril, foi publicada, no Diário Oficial da União (DOU), a Medida Provisória nº 1.113/2022 para dispor sobre alterações no fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais sob a avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Perícia Médica Federal e do Conselho de Recursos da Previdência Social.

De acordo com o texto, o Ministro do Estado do Trabalho e Previdência poderá estabelecer condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal para concessão de auxílio por incapacidade temporária. Nessa hipótese, a liberação do benefício ocorrerá após o segurado apresentar laudo ou atestado médico.

A norma prevê, também, a instituição de novas atividades no Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (PRBI), com pagamento de tarefas extraordinárias aos médicos peritos, a fim de reduzir o represamento de processos que dependem do exame médico pericial em benefícios previdenciários e assistenciais.

Auxílio Acidente – A MP inseriu, no rol de benefícios passíveis de revisão periódica mediante exame médico pericial, o auxílio-acidente: “Desse modo, o auxílio-acidente passa a receber mesmo tratamento já dado ao auxílio por incapacidade temporária e à aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez)”, explicou o INSS.

Recurso – Foi alterada, ainda, o fluxo dos recursos administrativos nos casos em que o segurado não



concorda com a avaliação médico-pericial: “Agora, quando o pedido de recurso envolver matéria relacionada a avaliação médica, esse será analisado diretamente pela Subsecretaria da Perícia Médica Federal, por autoridade superior àquela que realizou o exame pericial inicial”, afirmou o Instituto.

Texto com adaptações: Agência Câmara de Notícias

Atos normativos

- [Medida Provisória nº 1.113, de 20 de abril de 2022](#) – Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre o fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais sob avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social, da Perícia Médica Federal e do Conselho de Recursos da Previdência Social.

Fonte: Imprensa Nacional

Outras notícias de destaque – Previdência e Assistência Social

- [Por meio de projeto piloto, INSS instalará, nas agências da Previdência Social em São Paulo, equipamentos eletrônicos que facilitam o atendimento às pessoas com deficiência auditiva](#)
- [INSS celebra acordo de cooperação para que Prefeitura de São Paulo viabilize atendimentos relativos à aquisição de benefícios](#)
- [Projeto de Lei propõe assegurar o atendimento domiciliar em saúde, perícia médica e assistência social às pessoas com deficiência, em condição de extrema pobreza ou na hipótese de inexistência de serviço pericial no INSS, no município do segurado](#)

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Intermediação do MPF leva a avanços na regularização fundiária de vilas rurais em PE

Após quase três anos de atuação extrajudicial do Ministério Público Federal (MPF), várias irregularidades que atingiam Vilas Produtivas Rurais (VPRs) da região de Salgueiro (PE) foram sanadas. Entre elas, empecilhos em procedimentos de regularização fundiária.

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) finalizou, no mês passado, a contratação da empresa que fará o georreferenciamento e a certificação fundiária da área, etapa imprescindível para se efetivar a



titulação dos lotes das famílias de produtores.

Além da questão fundiária – que demandou a intermediação do MPF junto ao MDR, à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Salgueiro, entre outras entidades – foram solucionados problemas referentes à falta de abastecimento de água, bem como de acesso à zona urbana de Salgueiro.

A atuação do MPF teve início em 2019, motivada por relatos de comunidades atingidas pela obra da transposição do Rio São Francisco. As soluções se concretizaram a partir de diversas reuniões com representantes de órgãos públicos, bem como de requisições expedidas a autoridades para a adoção de providências. As negociações foram conduzidas pelo Procurador da República Rodolfo Soares Ribeiro Lopes. (Inquérito Civil nº 1.26.004.000085/2019-42)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do MPF em Pernambuco

MPF pede à Justiça que União seja obrigada a garantir balanças de pesagem em rodovias federais de todo o Pará

O Ministério Público Federal (MPF) pediu que a Justiça obrigue a União a apresentar, com urgência, um cronograma de ações para garantir balanças de pesagem suficientes para fiscalização ininterrupta em todos os postos da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) no Pará.

A PRF não tem nenhuma balança própria no Pará e depende de conseguir esses aparelhos por empréstimos ou convênios. Já o Dnit dispõe de duas balanças para fiscalização, em todo o estado, e os equipamentos não funcionam de forma ininterrupta. Por causa do número precário de balanças, na maioria das abordagens a PRF precisa fazer a fiscalização do peso dos veículos apenas por meio da conferência dos documentos fiscais das cargas, informa a ação.

O MPF ressaltou que o excesso de peso em veículos provoca acidentes, viola o patrimônio público, a ordem econômica, o meio ambiente e a segurança pessoal e patrimonial.

Confira a íntegra da [recomendação](#). (Processo nº 1011749-97.2022.4.01.3900 – 5ª Vara Cível da Justiça Federal em Belém/PA)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do MPF no Pará



ANTT e Confederação Nacional de Transportadores Autônomos firmam Acordo de Cooperação Técnica para aperfeiçoamento dos serviços de transporte rodoviário de cargas

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou, por ocasião da Reunião de Diretoria ocorrida em 7 de abril, a celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Agência e a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), com o objetivo de aperfeiçoar os serviços prestados à comunidade do setor de transporte rodoviário de cargas no Brasil.

O ACT também busca viabilizar a execução de atividades de apoio à ANTT relacionadas à inscrição e manutenção do cadastro no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC).

ANTT promove operação para fiscalizar o transporte irregular de passageiros e de cargas

Entre os dias 4 e 8 de abril, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) realizou as primeiras atividades da “Operação Hércules” destinada a fiscalizar o transporte irregular de passageiros e de cargas em rotas tradicionalmente secundárias, quando considerado o volume de transporte: “As atividades para o mês de abril ocorreram no Piauí e também já iniciadas no Espírito Santo. Até então, foram realizadas 199 fiscalizações, sendo que 125 foram referentes a fiscalizações de passageiros e 74 abordagens a veículos de cargas. Nestas abordagens foram fiscalizados 63 RNTRCs, 17 Pagamento Eletrônico de Frete, 19 Piso Mínimos de Frete, 3 fiscalizações de Produtos Perigosos e 1 Transporte Rodoviário Internacional de Cargas. Até o presente momento, foram lavrados 42 autos de infração, destes 26 são em veículos transportando passageiros e 16 referentes a fiscalização de cargas. Houve 3 apreensões de veículos e 2 transbordos”, apontou a autarquia.

A ANTT prevê ampliar a Operação Hércules para 16 estados, no ano de 2022.

Texto com adaptações: Agência Nacional de Transportes Terrestres

Seis glebas de terra da União foram repassadas ao estado do Amapá

O Governo Federal repassou, em 7 de abril, seis glebas de terra da União ao estado do Amapá. Os termos de cessão assinados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) incluem as glebas Água Branca, Macacoari, Mazagão, Oiapoque, Tatarugal Grande e Tatarugalzinho.

De acordo com o Incra, as glebas transferidas passaram por estudo aprofundado para detecção de partes que deveriam ser excluídas antes da transferência, por se tratarem de regiões previamente destinadas à reforma agrária, reservas indígenas ou unidades de conservação. Neste ano, cerca de 1,1 milhão de



hectares foram repassados ao Amapá.

Parceria entre o Incra e Instituto Federal viabilizará a regularização fundiária de nove glebas em Rondônia

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) deu início à efetivação do Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Ifro) para o desenvolvimento de ações de regularização fundiária no estado.

A entidade educacional executará a supervisão ocupacional, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o georreferenciamento de lotes e perímetros em assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e em glebas públicas federais, de acordo com o plano de trabalho firmado entre as partes, com vistas à titulação. O Incra será responsável por acompanhar e fiscalizar a execução técnica e financeira do acordo celebrado, conforme o plano de trabalho aprovado e o cronograma de desembolso.

Serão atendidos as glebas Projeto Integrado de Colonização (PIC) Gy-Paraná e Ouro Preto, Lote de Terras Pyrineos, Vida Nova, Ouro Preto, Nova Vida e Paraíso e os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) Marechal Dutra e Burareiro e 63 assentamentos.

Desse total, vinte assentamentos serão prioritários: Paraíso das Acácias e Flor do Amazonas IV (Candeias do Jamari), Igarapé Taquara (Porto Velho), Floriano Magno e Esmosina Pinho (Nova Mamoré), Paulo Freire I e II, Oziel dos Carajás e Bela Vista (Nova Brazilândia D'Oeste), Chico Mendes I, II e III (Presidente Medici), Ribeirão Grande, Pirajuí e Marcos Freire (Pimenta Bueno), Santa Bárbara (Alta Floresta D'Oeste), Manoel Souza Cardoso e Primavera de Rondônia (Primavera de Rondônia), Terra Prometida e Santa Cruz (Ariquemes).

Texto com adaptações: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Infraestrutura e regularização fundiária

No mês de abril, foram noticiadas ações na área de infraestrutura de vias e emissão de títulos destinados à regularização fundiária. Confira:

Infraestrutura de vias

- [Duplicação de 25 quilômetros da BR-116/RS, trecho entre os municípios de Camaquã e Cristal Manutenção, duplicação e construção de pontes nas BRs-158, 155, 422 e 316, no Pará](#)
- [Restauração de 137,40 quilômetros na BR-010/TO, trecho entre o acesso ao povoado de Príncipe e](#)



o município de Silvanópolis, em Tocantins

- Duplicação de 23,69 quilômetros do Contorno de Pelotas/RS, trecho entre a BR-116/RS e a BR-392/RS
- Recuperação de 22 quilômetros da BR-470/SC, rodovia de ligação com o Porto de Itajaí
- Revitalização de 171 quilômetros da BR-262, rodovia de ligação entre Espírito Santo e Minas Gerais

Regularização fundiária

- Emissão de 1,3 mil títulos de terra em projetos de assentamento da reforma agrária e áreas de regularização fundiária em Rondônia
- Emissão de 279 títulos definitivos em Goiás
- Emissão de 22 títulos de domínio para o assentamento São Francisco, situado no município baiano de Esplanada, no Litoral Norte
- Emissão de 1.885 títulos de propriedade rural, no ano de 2022, em Minas Gerais
- Emissão de 8.037 títulos definitivos e provisórios relativos a 376 assentamentos em Goiás

Outras notícias de destaque – Patrimônio Público

- ANTT realizou visita técnica à extensão da Ferrovia Norte Sul
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal debateu, junto ao Incra, sobre a regularização fundiária em Rondônia

Composição da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão

LINDÔRA MARIA DE ARAÚJO Subprocuradora-Geral da República Membro Titular		PAULO GUSTAVO GONET BRANCO Subprocurador-Geral da República Membro Titular	
MARIA CRISTIANA SIMÕES AMORIM ZIOUVA Procuradora Regional da República Membro Suplente	ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA Procurador Regional da República Membro Suplente	ONOFRE DE FARIA MARTINS Subprocurador-Geral da República Membro Suplente	



A 1ª CCR permanece à disposição pelo e-mail 1ccr@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 3105-6045.

1ª Câmara de Coordenação e Revisão

Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral

Fontes de informação

Ministério Público

- 1ª CCR no Portal do MPF: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr1>
- 1ª CCR na Intranet: <https://intranet.mpf.mp.br/intranet/areas-tematicas/camaras/direitos-sociais-e-fiscalizacao-de-atos-administrativos-em-geral>
- Notícias do Portal do MPF: <http://www.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias>
- Conselho Nacional do Ministério Público: <https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias>

Poder Executivo

- Agência Nacional de Transportes Terrestres: <https://www.gov.br/anttp/pt-br>
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa>
- Casa Civil: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias>
- Controladoria-Geral da União: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias>
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/>
- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias>
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias>
- Fundo Nacional de Saúde: <https://portalfns.saude.gov.br/noticias/>
- Hemobrás: <https://www.hemobras.gov.br/>
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias>
- Instituto Nacional de Câncer: <https://www.inca.gov.br/noticias>
- Instituto Nacional do Seguro Social: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos>
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias>
- Ministério da Educação: <https://www.gov.br/mec/pt-br>
- Ministério da Infraestrutura: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/noticias>
- Ministério da Saúde: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias>



- Ministério do Trabalho e Previdência:
<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/noticias-e-conteudo>

Poder Judiciário

- Supremo Tribunal Federal: <http://portal.stf.jus.br/listagem/listarNoticias.asp?ori=1>
- Superior Tribunal de Justiça: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Comunicacao/Ultimas-noticias>
- Conselho Nacional de Justiça: <https://www.cnj.jus.br/category/cnj/>
- Conselho da Justiça Federal: <https://www.cjf.jus.br/cjf/noticias>

Poder Legislativo

- Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/noticias>
- Senado Federal: <https://www12.senado.leg.br/noticias>

Demais instituições

- Conselho Federal de Medicina: <https://portal.cfm.org.br/noticias/>
- Conselho Nacional de Secretarias Municipais:
<https://www.conasems.org.br/informativo/noticias>
- Conselho Nacional de Secretários de Saúde: <https://www.conass.org.br/category/noticias>
- Tribunal de Contas da União: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/>